



I. INTRODUÇÃO

A Comunidade Intermunicipal do Douro assume o ano de 2013 com a maior importância, dando seguimento aos muitos projectos que estão em desenvolvimento, destacando-se os que são financiados pelos Fundos Comunitários do QREN e os que temos em execução, tendo que gerir os impasses vividos em 2011 e em 2012 e as consequências das medidas tomadas pelo Governo na gestão do Estado e da Reprogramação Estratégica do QREN.

O ano 2013 é o quarto e último do actual mandato autárquico 2009/2013, estando garantida uma conjuntura difícil e adversa, com recessão económica e restrições orçamentais, com condicionalismos legais novos de entre os quais se destaca a Lei dos Compromissos, e uma continuada redução da receita, no que aos Municípios respeita, que tem debilitado a situação financeira dos municípios do Douro, mais do que os do resto do país.

Apesar disso e por causa disso a CIMDOURO vai agir, participar e contribuir para a realização de projectos estratégicos e actividades comuns aos municípios, tendo em vista o desenvolvimento da região.

Assim, o plano proposto para 2013 assenta naturalmente na continuidade do cumprimento dos objectivos que transitam do ano 2012, com especial atenção para aqueles que se enquadram nos objectivos estratégicos e prioritários dos municípios, e num outro conjunto de objectivos que visam, por um lado, dotar a CIM de maior capacidade institucional e de autonomia, traduzindo esta ideia em sustentabilidade institucional e eficácia, e por outro, desenvolver objectivos capazes de dar resposta às questões estruturantes e contribuir para acelerar o desenvolvimento económico e social que a região exige, especialmente os territórios com índices e desempenhos mais modestos. O trabalho de preparação do Quadro Estratégico Comum, no âmbito do Acordo de Parceria 2014/2020 e numa perspectiva de gestão multi-fundo, vai ser um dossier prioritário no trabalho da CIMDOURO em 2013, em interacção com outras entidades relevantes para o desenvolvimento da Região.

A estrutura de receita da CIMDOURO para 2013 é globalmente idêntica à de 2012, nomeadamente no que respeita aos valores das transferências do Orçamento de Estado e das verbas que sustentam os projectos geridos pela CIM, tendo como receitas principais os Fundos Comunitários do QREN.

II. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

1. Actividades para 2013

Tomando por base as referências feitas no capítulo anterior e a evolução do Plano e Orçamento de 2012, os Objectivos Estratégicos a implementar em 2013 serão os seguintes:

1.1. Instalação da CIMDOURO

Apesar funcionar em instalações e infraestruturas compartilhadas com a Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte, que providenciará os recursos básicos, torna-se necessária a autonomização dos espaços da CIM e aquisição de recursos técnicos. Assim prevê-se a realização de obras de conservação e adaptação dos espaços a usar pela CIM, bem como a aquisição do respectivo mobiliário.

1.2. Gestão e reformulação do Programa Territorial de Desenvolvimento do Douro (PTD Douro)

Nos termos do descrito no capítulo 6 do PTD Douro, a gestão da subvenção global é suportada por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT), instalada na sede e nas delegações de Lamego e Torre de Moncorvo.

Assim, em sede de Orçamento e no que diz respeito à gestão do PTD prevê-se a operacionalização da EAT, com o preenchimento do respectivo organigrama funcional (através do recrutamento das pessoas que reúnam as competências funcionais e experiência indispensáveis para o efeito), e da alocação dos meios materiais (viaturas, comunicações, equipamento informático, etc) necessários ao seu funcionamento. Assim, em 2013 a EAT da CIMDOURO irá continuar a analisar as candidaturas e os pedidos de pagamento no âmbito dos projectos englobados na contratualização, zelando pelo cumprimento integral das regras nacionais e comunitárias.

Estando prevista a avaliação intercalar do PTD do Douro, há necessidade de consolidar a Gestão do Contrato Programa de Subvenção Global, quer garantindo um encerramento eficaz dos projectos já terminados que garantindo uma regularidade nos pedidos de pagamento dos projectos ainda em curso, de modo a manter boas taxas de execução física e financeira do Programa, que nos permitem estar em lugar cimeiro ao nível nacional em execução.

1.3. Apoio aos municípios nas candidaturas aos programas do QREN e realização de candidaturas próprias

Prevê-se que a estrutura de apoio técnico ao PTD possa continuar a identificar um conjunto de oportunidades para apresentar candidaturas próprias aos diversos programas do QREN e, por outro lado, dê apoio técnico na formatação de candidaturas a serem apresentadas pelos Municípios individualmente. As candidaturas a serem propostas/apresentadas pela CIMDOURO deverão surgir de um trabalho em rede com as Associações de Municípios de Fins Específicos e a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro.

1.4. Coordenação de intervenções intermunicipais à escala da NUT III Douro

Prevê-se também o apoio e a coordenação das intervenções previstas pelas Associações de Municípios de Fins Específicos para toda a NUT III Douro, no domínio da formação profissional, da protecção civil e da modernização administrativa, incentivando a aplicação de modelos organizativos que fomentem uma maior agilização de procedimentos e articulação de informação com o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais dos funcionários dos municípios associados e da Comunidade Intermunicipal.

1.5. Projectos comuns

Em 2013 pretende-se acompanhar a realização dos projectos comuns aos municípios associados.

1.5.1 - AEDOURO - Agência de Energia do Douro

Será o ano de arranque da Agência de Energia do Douro, herdeira da experiência e competências da Agência Regional de Energia do Vale do Douro-Norte, entidade com amplas referências na rede nacional de Agências de Energia, que conta com o suporte financeiro de uma candidatura aprovada no PO Norte.

1.5.2. - Capacitação Institucional da CIMDOURO

Respondendo, mais uma vez, a um desafio lançado pelo PO Norte às Comunidades Intermunicipais a CIMDOURO viu contratada, no final de 2012 a sua candidatura para apoio à capacitação em recursos físicos e humanos, para poder prestar uma apoio mais efectivo aos municípios nas áreas do desenvolvimento sustentável, do empreendedorismo e da empregabilidade e do turismo.

1.5.4. - Formação

Na sequência da abertura de candidaturas para a formação dos funcionários municipais a CIMDOURO viu aprovada uma candidatura ao POPH envolvendo 43 cursos a realizar em 2013.

2. Recursos

2.1 Humanos

Para o desempenho das actividades acima descritas, os recursos humanos necessários serão preferencialmente e em primeira instância preenchidos com os recursos dos ex-GAT's e das Associações de Municípios de Fins Específicos da NUT Douro.

Prevê-se ainda o recurso a novos contratos, para as valências não disponíveis nas entidades acima mencionados de forma a adequar a capacidade técnica da Comunidade Intermunicipal às novas competências legais que lhe estarão atribuídas.

2.2. Financeiros

No cumprimento dos princípios orçamentais apresenta-se um Orçamento único e anual, que contém todas as receitas e todas as despesas que se prevêem cobrar/despende no período financeiro coincidente com o ano civil. Assim, o Orçamento para 2012 atinge o valor total de 1 100 000€, distribuídos entre Receitas/Despesas Correntes (>95%) e Receitas/Despesas de Capital (<5%).

Ao nível das **receitas** estas provêm fundamentalmente das transferências correntes, de três tipos, com relevância muito especial para as segundas:

- a) Transferências do Orçamento do Estado, que decorrem do previsto na alínea a) do número 3 do artigo 26º da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto;
- b) Transferências de fundos comunitários FEDER e FSE , relativas à comparticipação da estrutura de Gestão do PTD do Douro e das candidaturas apresentadas;
- c) Por último, mas não menos importantes, as transferências dos Municípios, embora num nível quase simbólico, para comparticipação das despesas de funcionamento.

Ao nível das **despesas**, grosso modo, estas poderão ser enquadradas também em três grupos, despesas de pessoal, despesas de funcionamento e despesas de investimento e instalação dos serviços.

- a) As despesas com pessoal representam aproximadamente 1/3 do valor global das despesas, não sendo alheio a esta situação o facto de ser necessário garantir uma estrutura técnica para a gestão do PTD do Douro, e para o acompanhamento dos projectos financiados pelo PO Norte;
- b) As despesas de gerais rodam os 684 mil euros. Trata-se de um valor estimado para o funcionamento dos serviços, que inclui uma previsão de 35 mil euros para o funcionamento da Assembleia Intermunicipal, verbas para pequenas adaptações para alojamento da estrutura técnica e para a contratação de consultores para o acompanhamento e apoio nas actividades da candidatura da capacitação institucional;
- c) Ao nível das despesas de investimento, trata-se do valor necessário para o apetrechamento de meios técnicos, nomeadamente ao nível dos sistemas informáticos e respectivos softwares de base e de gestão, e mobiliário para a estrutura técnica.

Mapa Resumo do Orçamento

Ano de 2013

RECEITA			DESPESA		
Rubricas	Valor	%	Rubricas	Valor	%
Receita Corrente			Despesa Corrente		
05-Rendimentos de Propriedade	10€	0,00%	Assembleia Intermunicipal	35 000€	
06-Transferências Correntes			01-Pessoal	18 000€	1,64%
Administração Central	1 083 735€	98,52%	02-Aq de Bens e Serviços		
Administração Local	2 280€	0,21%	02.02 A q. Serviços	17 000€	1,55%
Instituições s/ Fins lucrativos	10€	0,00%	Comunidade Intermunicipal	1 013 500€	
08-Outras Receitas Correntes	15€	0,00%	01-Pessoal	363 580€	33,05%
			02-Aq de Bens e Serviços		
			02.01 A q. Bens	10 700€	0,97%
			02.02 A q. Serviços	540 820€	49,17%
			04-Transferências Correntes	65 000€	5,91%
			06-Outras Despesas	33 400€	3,04%
Total das Receitas Correntes	1 086 050€	98,7%	Total das Despesas Correntes	1 048 500€	95,3%
Receita de Capital			Despesas de Capital		
10-Transferências de Capital			07-Aq. Bens de Capital	51 500€	4,68%
Administração Central	11 670€	1,06%			
Administração Local	2 280€	0,21%			
Total das Receitas de Capital	13 950€	1,3%	Total das Despesas de Capital	51 500€	4,7%
Total Geral das Receitas	1 100 000€	100,0%	Total Geral das Despesas	1 100 000€	100,0%

Aprovações

Órgão Executivo
Reunião de 12 de Dezembro de 2012

Órgão Deliberativo
Sessão de 18 de Dezembro de 2012

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA / 2012

Código	Designação	Importância
	RECEITAS CORRENTES	
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	
05.02	<i>JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS</i>	
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	10 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
06.03	<i>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</i>	
06.03.01	Estado	
06.03.01.99	Outras	289 692 €
06.03.06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	
06.03.06.01	FSE	69 930 €
06.03.06.02	FEDER	724 113 €
06.05	<i>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</i>	
06.05.01	Continente	
06.05.01.01	Município de Alijó	120 €
06.05.01.02	Município de Armamar	120 €
06.05.01.03	Município de Carrazeda de Ansiães	120 €
06.05.01.04	Município de Freixo de Espada à Cinta	120 €
06.05.01.05	Município de Lamego	120 €
06.05.01.06	Município de Mesão Frio	120 €
06.05.01.07	Município de Moimenta da Beira	120 €
06.05.01.08	Município de Murça	120 €
06.05.01.09	Município de Penedono	120 €
06.05.01.10	Município de Peso Régua	120 €
06.05.01.11	Município de Sabrosa	120 €
06.05.01.12	Município de Santa Marta de Penaguião	120 €
06.05.01.13	Município de São João da Pesqueira	120 €
06.05.01.14	Município de Semancelhe	120 €
06.05.01.15	Município de Tabuaço	120 €
06.05.01.16	Município de Tarouca	120 €
06.05.01.17	Município de Torre Moncorvo	120 €
06.05.01.18	Município de Vila Nova de Foz Côa	120 €
06.05.01.19	Município de Vila Real	120 €
06.07	<i>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</i>	
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	10 €
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
08.01	<i>OUTRAS</i>	
08.01.99	Outras	
08.01.99.99	Diversas	15 €
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1 086 050 €

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA / 2012

Código	Designação	Importância
	RECEITAS DE CAPITAL	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
10.03	<i>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</i>	
10.03.07	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	
10.03.07.01	FEDER	11 670 €
10.05	<i>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</i>	
10.05.01	Continente	
10.05.01.01	Município de Alijó	120 €
10.05.01.02	Município de Armamar	120 €
10.05.01.03	Município de Carrazeda de Ansiães	120 €
10.05.01.04	Município de Freixo de Espada à Cinta	120 €
10.05.01.05	Município de Lamego	120 €
10.05.01.06	Município de Mesão Frio	120 €
10.05.01.07	Município de Moimenta da Beira	120 €
10.05.01.08	Município de Murça	120 €
10.05.01.09	Município de Penedono	120 €
10.05.01.10	Município de Peso Régua	120 €
10.05.01.11	Município de Sabrosa	120 €
10.05.01.12	Município de Santa Marta de Penaguião	120 €
10.05.01.13	Município de São João da Pesqueira	120 €
10.05.01.14	Município de Sernancelhe	120 €
10.05.01.15	Município de Tabuaço	120 €
10.05.01.16	Município de Tarouca	120 €
10.05.01.17	Município de Torre Moncorvo	120 €
10.05.01.18	Município de Vila Nova de Foz Côa	120 €
10.05.01.19	Município de Vila Real	120 €
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	13 950 €
	TOTAL DAS RECEITAS	1 100 000 €

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA / 2012

Código	Designação	Importância
	DESPESAS CORRENTES	
	ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	
01	PESSOAL	
01.02	<i>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</i>	
01.02.04	Ajudas de custo	1 000 €
01.02.13	Outros suplementos e prémios	17 000 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	
02.02	<i>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</i>	
02.02.13	Deslocações e estadas	17 000 €
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL	
01	PESSOAL	
01.01	<i>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</i>	
01.01.06	Pessoal contratado a termo	
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	145 000 €
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	10 €
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	129 000 €
01.01.11	Representação	6 400 €
01.01.13	Subsídio de refeição	17 000 €
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	1 000 €
01.01.15	Remuneração por doença e maternidade/paternidade	2 000 €
01.02	<i>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</i>	
01.02.04	Ajudas de custo	3 600 €
01.02.06	Formação	10 €
01.03	<i>SEGURANÇA SOCIAL</i>	
01.03.02	Outros encargos com a saúde	2 000 €
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	10 €
01.03.05	Contribuições para a segurança social	
01.03.05.01	ADSE	50 €
01.03.05.02	Segurança social do pessoal em RCTFP	
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	19 500 €
01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	32 500 €
01.03.09	Seguros	
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 500 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	
02.01	<i>AQUISIÇÃO DE BENS</i>	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	
02.01.02.01	Gasolina	500 €
02.01.02.02	Gasóleo	1 000 €
02.01.04	Limpeza e higiene	500 €
02.01.08	Material de escritório	1 000 €
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	1 000 €
	<i>A transportar</i>	402 580 €

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA / 2012

Código	Designação	Importância
	<i>Transporte</i>	402 580 €
02.01.17	Ferramentas e utensílios	200 €
02.01.18	Livros e documentação técnica	500 €
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	1 500 €
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	1 500 €
02.01.21	Outros bens	3 000 €
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	
02.02.01	Encargos das instalações	2 000 €
02.02.03	Conservação de bens	9 000 €
02.02.06	Locação de material de transporte	4 000 €
02.02.09	Comunicações	6 540 €
02.02.10	Transportes	8 280 €
02.02.11	Representação dos serviços	20 000 €
02.02.12	Seguros	1 000 €
02.02.13	Deslocações e estadas	3 000 €
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	195 000 €
02.02.15	Formação	1 000 €
02.02.16	Seminários, exposições e similares	5 000 €
02.02.17	Publicidade	91 000 €
02.02.20	Outros trabalhos especializados	190 000 €
02.02.25	Outros serviços	5 000 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
04.05	<i>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</i>	
04.05.01	Continente	
04.05.01.04	Associações de Municípios	50 000 €
04.07	<i>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</i>	
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	15 000 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
06.02	<i>DIVERSAS</i>	
06.02.03	Outras	33 400 €
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	1 048 500 €
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
07.01	<i>INVESTIMENTOS</i>	
07.01.03	Edifícios	
07.01.03.01	Instalações de Serviços	13 500 €
07.01.07	Equipamento de informática	18 000 €
07.01.08	Software informático	5 000 €
07.01.09	Equipamento Administrativo	15 000 €
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	51 500 €
	TOTAL DAS DESPESAS	1 100 000 €

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013 / 2016

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objectivo	Código da classificação económica	N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	Forma de realização	Fonte de financiamento			Responsável	Datas		Fase de execução	Despesas					Total previsto (g)	
					AC	AA	FC		Início	Fim		2013			Anos seguintes			
												Total (d)=(e)+(f)	Financiamento definido €	Financiamento n. definido(f)	2014	2015		2016
1.			FUNÇÕES GERAIS															
1.1.			SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA															
1.1.1.			ADMINISTRAÇÃO GERAL															
1.1.1.2			Instalações da CIMDOURO															
	07.01.03	10.01	Instalações dos Serviços				UAF	Jan-13	Dez-13	-	13 500 €	13 500 €					13 500 €	
	07.01.09	09.01	Equipamento e mobiliário	O			UAF	Jan-13	Dez-13	-	15 000 €	15 000 €					15 000 €	
	07.01.07	09.02	Informatização dos Serviços	O			UAF	Jan-13	Dez-13	-	18 000 €	18 000 €					18 000 €	
	07.01.08									-	5 000 €	5 000 €					5 000 €	
TOTAL ADMINISTRAÇÃO GERAL											51 500 €	51 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	51 500 €
TOTAL SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA											51 500 €	51 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	51 500 €
TOTAL FUNÇÕES GERAIS											51 500 €	51 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	51 500 €
TOTAL GERAL PPI											51 500 €	51 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	51 500 €

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013-2016
ORÇAMENTO 2013**

ENCERRAMENTO

O presente documento GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013-2016 / ORÇAMENTO 2013, que se contém em onze páginas que antecedem, devidamente rubricado, foi aprovado por _____ em reunião do Conselho Executivo realizada no dia 12 de Dezembro de 2012.

O Presidente do Conselho Executivo,

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

As GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013/2016 e o ORÇAMENTO 2013, que antecedem mereceram aprovação por _____, da Assembleia Intermunicipal na sua sessão ordinária do dia 18 de Dezembro de 2012, pelo que ficam todas as suas folhas rubricadas pelos membros da mesa.

O Presidente da Mesa,

O 1º Secretário

O 2º Secretário
